

e) os ensaios de comprovação dos benefícios poderão ser realizados em laboratórios fora do país, desde que o relatório de ensaio seja acompanhado de tradução juramentada para a língua portuguesa;

f) os procedimentos utilizados para a comprovação dos benefícios devem ser estabelecidos por normas técnicas nacionais ou, na falta destas, por normas técnicas internacionais;

g) na ausência de normas técnicas para atendimento da alínea (f) deste artigo, fica permitido adotar procedimentos validados conforme os critérios do INMETRO, constante do DOQ-CGCRE-008 (Orientação Sobre Validação de Métodos Analíticos), ou protocolo de validação equivalente submetido previamente à apreciação da ANP, este último para os ensaios realizados fora do país;

h) a comprovação do benefício controle da formação de depósitos em motores deverá ser realizada em conformidade com o Regulamento Técnico ANP nº 1/2014, parte integrante desta Resolução;

i) deve-se utilizar o combustível de referência especificado na Tabela I do Regulamento Técnico ANP nº 1/2014, parte integrante desta Resolução, para a comprovação do benefício controle da formação de depósitos em motores a gasolina. Com relação aos demais benefícios, um combustível comercial em conformidade com as especificações da ANP deve ser utilizado;

j) A partir de 1º de julho de 2015 as gasolinas a que se refere a alínea (i) deste inciso deverão ser adicionadas do detergente dispersante utilizado para atendimento do artigo 7º da Resolução ANP nº 40/2013.

§ 1º A critério da ANP, poderão ser exigidos ensaios de compatibilidade do aditivo com materiais que compõem o veículo.

§ 2º Somente serão aceitos pela ANP na concessão do registro e na análise dos rótulos, os benefícios comprovados por meio dos relatórios e ensaios previstos no inciso VII deste artigo.

Art. 5º A solicitação de registro de aditivo pelo fornecedor de aditivos deve ser encaminhada à ANP acompanhada de:

I - Formulário de Registro de Aditivo, firmado por profissional de química responsável pelo produto, conforme modelo disponível no sítio da ANP: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br);

II - Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ, conforme a norma ABNT NBR 14725 (Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente);

III - Certificado da Qualidade do combustível contendo o aditivo a ser registrado na concentração máxima da faixa de aplicação, comprovando que o combustível permanece conforme a especificação estabelecida pela ANP;

IV - Modelos dos rótulos, devidamente firmados pelo profissional de química responsável, somente nos casos enquadrados como varejo de aditivos;

V - Declaração emitida pelo produtor, importador ou fornecedor de aditivos responsável pelo registro do aditivo a ser adicionado o diluente ou o corante e/ou envasilhado pelo solicitante, com indicação da marca comercial, do número de registro do produto na ANP e permissão de uso deste no aditivo a ser registrado;

§ 1º Os benefícios e limites, máximo ou mínimo, do aditivo, cuja solicitação se refere o caput deste artigo, devem estar em conformidade com aqueles provados para o aditivo registrado que será diluído ou envasilhado.

§ 2º Nos casos em que houver diluição, esta deverá ser considerada no cálculo da concentração final do aditivo no combustível automotivo.

Art. 6º Qualquer alteração nas informações do registro do aditivo deverá ser previamente submetida à ANP.

Parágrafo único. Com vistas à manutenção da rastreabilidade e histórico do registro, a alteração da marca comercial do aditivo fica sujeita à publicação de um novo número de registro para o produto.

Art. 7º A ANP poderá solicitar amostras referentes ao aditivo registrado ou que esteja em processo de registro.

§ 1º As amostras deverão ser encaminhadas à ANP em recipiente estanque e identificado com a marca comercial do produto, a razão social da empresa e o número de registro, este último quando o mesmo já for registrado.

§ 2º Para aditivos destinados ao atendimento do artigo 7º da Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013, a amostra deverá ser isenta de componentes que possam mascarar o espectro de infravermelho, devendo conter em sua composição ingredientes necessários à preservação da amostra.

Art. 8º Os fornecedores de aditivos deverão, obrigatoriamente, informar seus clientes a respeito da segurança e manuseio do produto por meio da Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos - FISPQ.

Art. 9º Os aditivos envasilhados para comercialização enquadrada, como varejo de aditivos, deverão ser comercializados em embalagens lacradas que possibilitem a verificação de evidência de violação, bem como conter em seu rótulo e frasco informações claras, em português, que não induzam o consumidor a um erro.

§ 1º Deverão constar no rótulo, no mínimo, as seguintes informações:

I - Razão social e CNPJ do proprietário da marca comercial junto à ANP, com a devida qualificação;

II - Marca comercial do aditivo;

III - Instruções de uso com indicação da quantidade do combustível em que o conteúdo do frasco deve ser adicionado, em conformidade com a concentração mínima e máxima registrada;

III - Finalidade, aplicação, componentes, benefícios e riscos à saúde;

IV - Quantidade líquida embalada;

V - Identificação do profissional de química responsável com indicação do número de registro no órgão de classe;

VI - Número de registro do produto na ANP.

VII - Prazo de validade.

§ 2º As informações exigidas no parágrafo 1º deste artigo devem ser equivalentes àquelas apresentadas no registro do aditivo na ANP.

§3º A identificação do lote e da data de fabricação do aditivo deverão ser impressos na embalagem, o que não poderá ocorrer sobre o rótulo.

Seção IV  
Dos Distribuidores

Art. 11. A responsabilidade de adição dos aditivos destinados a compor o combustível aditivado cabe ao distribuidor.

Art. 12. A comercialização de combustível aditivado deverá ser informada previamente à ANP pelo distribuidor, acompanhada da seguinte documentação:

I - declaração do distribuidor informando o aditivo a ser adicionado, seu número de registro na ANP e concentração a ser adotada do aditivo no combustível aditivado;

II - declaração do fornecedor do aditivo, com indicação da marca comercial do aditivo e seu número de registro na ANP, informando que o mesmo será utilizado pelo distribuidor de combustíveis solicitante.

Parágrafo único. Qualquer alteração nas informações prestadas à ANP pelo distribuidor deve ser previamente comunicada à ANP.

Art. 13. É proibida a comercialização de combustível aditivado contendo aditivo em concentração inferior àquela aprovada pela ANP no registro do mesmo.

Art. 14. A documentação fiscal e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) referentes às operações de comercialização do combustível aditivado realizadas pelos distribuidores deverão indicar o número de registro do aditivo adicionado ao respectivo combustível.

Seção VI  
Das Disposições Transitórias

Art. 15. Ficam concedidos os seguintes prazos para que os aditivos atualmente registrados na ANP obtenham novo registro conforme as regras desta Resolução:

I - Até 31 de dezembro de 2014, para o caso dos aditivos destinados ao atendimento do artigo 7º da Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013.

II - Até 31 de junho de 2016, para os aditivos que não se enquadrem no inciso I deste artigo.

Seção VII  
Das Disposições Finais

Art. 16. A ANP poderá solicitar, a qualquer tempo, informações adicionais que julgue necessárias sobre o aditivo.

Art. 17. A mistura de aditivos concentrados com registros diferentes somente é permitida quando a compatibilidade for comprovada pelo produtor ou importador do aditivo nos moldes do inciso VII do artigo 4º desta Resolução.

Art. 18. É vedada a utilização do registro do aditivo na ANP

por qualquer veículo de comunicação, como forma de publicidade, propaganda ou promoção do produto.

Art. 19. O registro de que trata esta Resolução fica sujeito à revogação, nos seguintes casos:

I - quando for solicitado pelo detentor do registro.

II - quando o aditivo for comercializado em desacordo com as informações constantes em seu registro na ANP;

III - quando não atenderem ao disposto nos artigos 6º, 9º, 15 e 18.

Art. 20. A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter à auditoria da qualidade os fornecedores de aditivos, os distribuidores e os agentes econômicos que adicionam aditivos utilizados para o atendimento do artigo 7º da Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013.

Parágrafo único. A auditoria em referência será executada pelo corpo técnico da ANP ou por entidades credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), sobre os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Resolução.

Art. 21. Os produtores e importadores de gasolina A deverão disponibilizar a gasolina de referência especificada na Tabela I do Regulamento Técnico ANP nº 1/2014, para realização dos testes de formação de depósitos em motores em atendimento ao § 3º do artigo 1º desta Resolução.

Art. 22. O inciso VI do artigo 3º da Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VI - importador de aditivos: pessoa jurídica que importa e comercializa aditivos."

Art. 23. Fica revogada a Portaria ANP nº 41, de 12 de março de 1999.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA REGINA CHAMBRIARD

ANEXO

REGULAMENTO TÉCNICO ANP Nº 1/2014

1. Objetivo.

Este Regulamento Técnico estabelece as metodologias para avaliar o atendimento do nível de desempenho declarado do aditivo cuja propriedade benéfica seja o controle da formação de depósito nos motores.

2. Normas e ensaios de referência aplicáveis.

A determinação do nível de desempenho dos aditivos será realizada mediante o emprego de normas ou ensaios de referência das seguintes entidades: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ASTM International, Society of Automotive Engineers (SAE) e Coordinating European Council (CEC).

Deverão ser utilizadas as publicações mais recentes das seguintes metodologias:

#### 2.1. Método ABNT

NBR 9619	Produtos de petróleo - Destilação à pressão atmosférica
NBR 13992	Gasolina automotiva - Determinação do teor de álcool etílico anidro combustível (AEAC)
NBR 14932	Produtos líquidos de petróleo - Determinação dos tipos de hidrocarbonetos pelo indicador de adsorção por fluorescência
NBR 16038	Combustíveis - Medição de depósitos em válvulas de admissão em motor com ignição por centelha.

#### 2.2. Métodos ASTM

ASTM D86	<i>Distillation of Petroleum Products at Atmospheric Pressure</i>
ASTM D1319	<i>Hydrocarbon Types in Liquid Petroleum Products by Fluorescent Indicator Adsorption</i>
ASTM D2622	<i>Sulfur in Petroleum Products by Wavelength Dispersive X-ray Fluorescence Spectrometry</i>
ASTM D3120	<i>Trace Quantities of Sulfur in Light Liquid Petroleum Hydrocarbons by Oxidative Microcoulometry</i>
ASTM D5453	<i>Determination of Total Sulfur in Light Hydrocarbons, Spark Ignition Engine Fuel, Diesel Engine Fuel, and Engine Oil by Ultraviolet Fluorescence</i>
ASTM D5598	<i>Standard Test Method for Evaluating Unleaded Automotive Spark-Ignition Engine Fuel for Electronic Port Fuel Injector Fouling.</i>
ASTM D6421	<i>Standard Test Method for Evaluating Automotive Spark-Ignition Engine Fuel for Electronic Port Fuel Injector Fouling by Bench Procedure.</i>
ASTM D6920	<i>Total Sulfur in Naphthas, Distillates, Reformulated Gasolines, Diesels, Biodiesels, and Motor Fuels by Oxidative Combustion and Electrochemical Detection</i>
ASTM D7039	<i>Sulfur in Gasoline and Diesel Fuel by Monochromatic Wavelength Dispersive X-ray Fluorescence Spectrometry</i>
ASTM D7220	<i>Sulfur in Automotive, Heating, and Jet Fuels by Monochromatic Energy Dispersive X-ray Fluorescence Spectrometry</i>
ASTM D7451	<i>Water Separation Properties of Light and Middle Distillate, and Compression and Spark Ignition Fuels.</i>

#### 2.3. Método SAE

SAE 912331/91	<i>Cummins L10 Injector Depositing Test to Evaluate Fuel Quality</i>
---------------	--

#### 2.4. Métodos CEC

CEC F-23-01	<i>Procedure for Diesel Engine Injector Nozzle Coking Test (PSA XUD9A/L 1.9 Litre 4 Cylinder indirect injection diesel engine)</i>
CEC F-98-08	<i>Direct Injection, Common Rail Diesel Engine Nozzle Coking Test.</i>

3. Aditivos para uso em gasolina automotiva.

3.1. Aditivos destinados ao atendimento do artigo 7º da Resolução ANP nº 40, de 25 de outubro de 2013:

3.1.1. Será exigido o atendimento do limite máximo de 100 mg para a característica controle de depósitos em válvulas de admissão.

3.1.2. Este benefício deve ser comprovado por meio de ensaios realizados conforme a norma ABNT NBR 16038 e deverão ser conduzidos com a gasolina de referência cuja especificação consta na Tabela I.

3.1.3. O resultado do teste deve ser expresso pela média aritmética dos pesos dos depósitos encontrados nas quatro válvulas de admissão, essa média deverá ser menor ou igual a 100 mg.

3.1.4. Será necessário comprovar, por meio de ensaios realizados conforme a norma ASTM D7451, que o aditivo não aumenta a tendência de formação de emulsão em misturas entre a gasolina A e a gasolina C aditivadas e a água.

3.2. Aditivos destinados à formulação do combustível aditivado: